

# Sociedade Aberta e Democracia

## Sociedades Abertas e Democracia em África

Abriu-se uma janela de oportunidade no início da década de 1990, para a emergência das “sociedades abertas” e da democracia em África.

**O**s factores responsáveis por esta abertura incluem:

- O fracasso das estratégias não liberais de construção do estado e os esforços de muitas nações, que investiram em grande escala, durante os primeiros trinta anos de independência

- As reformas económicas neoliberais, orientadas para o mercado, conduzidas pelo Banco Mundial e pelo FMI e implantadas numa série de países africanos em finais da década de 1980, implicaram medidas de austeridade que o povo africano viu como uma “dupla vitimização” – ou seja, estão a ser punidos pelos males causados pelos seus governantes.

- O colapso do comunismo e o fim da Guerra Fria no final da década de 1980, que acabou com a tendência que as nações, tanto do bloco soviético como do bloco ocidental, tinham de apoiar os regimes autocráticos africanos. Os mesmos



POR  
**Emmanuel Gyimah-Boadi**

Director Executivo do Centro para o Desenvolvimento Democrático, Gana (CDD-Ghana) e do Afrobarometer. Prof., Dep. de Ciência Política na University of Ghana, Legon

acontecimentos também levaram à perda e, em alguns casos dramáticos, ao desaparecimento de modelos autoritários, assim como de fontes de apoio material e de segurança aos ditadores africanos.

- Os efeitos de contágio dos movimentos pró-democracia globais e regionais, que conduziram ao início de projectos para liberalizar a política e possibilitar uma concorrência multipartidária, no início da década de 1990. Este desenvolvimento também abriu o caminho para

um surto de liberdades associativas e nos meios de comunicação, em especial a radio FM e as emissões internacionais (conduzindo à expansão de oportunidades de haver voz e responsabilidade).

- A propagação da globalização e de ideias globais sobre direitos humanos universais e democracia, tal como direitos humanos universais e igualdade entre os sexos.

### I. Desafios/constrangimentos que conduzem a um início “termidoriano” de projectos democráticos africanos

- O desafio das transições simultaneamente económicas e políticas – o uso do recém-adquirido poder popular para resistir à racionalização e às reformas económicas.

- O confronto entre os valores comunitários da África tradicional e os valores individualistas do liberalismo.

- O autoritarismo remanescente tanto a nível estrutural como cultural – o défice de liberalismo e as raízes superficiais dos valores profundos de democracia liberal

e constitucionalismo – cujas origens se encontram no status ante África pré-colonial, colonial e pós-colonial. Presentemente, este problema é particularmente agudo em países africanos que obtiveram a independência através de guerras/luta armada (centrando-se na solidariedade, vigilância contra agentes externos e reverência pelos heróis do movimento de “libertação” e independência). O défice é também agudo em sociedades onde os partidos nacionais de libertação ainda se encontram no poder (Angola, África do Sul, Moçambique) e outros que saíram agora de uma guerra civil (como o Sudão do Sul) e do genocídio (Ruanda).

- Um sector privado fraco, cujos intervenientes dependem largamente de contratos com o estado e vivem com medo de se antagonizarem com a autoridade política.

- Uma sociedade civil cujos compromissos com a democracia e os ideais da sociedade aberta são por vezes ambíguos, muitas vezes fracturada por linhas étnicas e suspeita de actuar como agente estrangeiro ou de servir interesses exteriores.

- Meios de comunicação muitas vezes profissionalmente fracos e, por vezes, cooptáveis e corruptíveis.

- Democratização no contexto dos estados frágeis africanos e instituições estatais superficiais que frequentemente se encontram à mercê de autocratas eleitos

- A persistência de mentalidades patrono-cliente, que leva à clientelização das políticas democráticas (com o clientelismo como o principal instrumento de mobilização política)

- O ressurgimento de modelos autoritários e iliberais na China, na Rússia de Putin, no Irão, na Venezuela, etc.)

- Os exemplos negativos/iliberais vindos dos Estados Unidos e outras nações democráticas ocidentais na sequência dos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 e da “guerra contra o terror” – rendição, imersão na água quase até à asfixia (water boarding), etc. oportunisticamente citados pelos autocratas africanos eleitos, de modo a justificarem a renúncia aos princípios democráticos.

- A crise financeira global e a crise do euro e os desafios que o liberalismo económico e político enfrentam (a vontade do povo versus a lógica tecnocrática)

- A experiência com algumas das tensões inerentes à prática da democracia – democracia directa/popular versus con-

trolo processual e institucional; regra da maioria versus protecção da minoria.

## II. A emergência da cidadania democrática em África: informações do Afrobarometer

Já passaram quase duas décadas desde que muitos países africanos empreenderam reformas democráticas, que compreensivelmente se focalizam na introdução e/ou reintrodução de instituições democráticas formais e processos tais como constituições e eleições multipartidárias.

No entanto, argumenta-se frequentemente que não é possível ter democracia sem ter “democratas”. Para descobrir até que ponto os africanos orientam as suas atitudes e comportamento da forma que se espera de cidadãos de uma sociedade democrática, vamos analisar dados fornecidos pelo Afrobarometer Round 4 (circa: 2008) e dados sobre tendências de 11 países para os quais temos quatro pontos de dados, de 1999 a 2008. Vamos aqui concentrar no estudo de três aspectos-chave de cidadania democrática: Será que os africanos têm atitudes e valores democráticos? Será que demonstram conhecimento e empenhamento político? Será que exibem comportamentos democráticos via participação cívica?

Construímos um índice de procura da democracia, que combina os que dizem que apoiam a democracia como sendo o melhor sistema de governo, com aqueles que explicitamente rejeitam três alternativas autoritárias: regime militar, regime unipartidário e regime presidencial de um homem-forte. Constatamos que:

- No total, em 19 países em 2008, 70% apoiava a democracia, mas existe uma

enorme variabilidade, desde 39% em Madagáscar, a 85% no Botswana.

- Em média, 75% rejeita o regime militar, 7% rejeita um regime unipartidário e 79% rejeita um regime de homem-forte.

- No entanto, apenas 57% dos inquiridos rejeita todas as três alternativas à democracia, e menos de metade (45%) exige completamente a democracia, rejeitando as três alternativas e explicitamente apoiando a democracia.

- Em todos os 11 países em que pudemos realizar pelo menos quatro inquiridos desde 1999, existe um padrão constante quanto à exigência de democracia e seus componentes. Em 2008, a exigência de democracia começou nos 44% para estes 11 países, mas continua a ser uma posição minoritária.

As opiniões dos africanos em 19 países inquiridos pelo Afrobarometer em 2008 também reflectem uma mistura de atributos, tanto positivos como negativos, de cidadania democrática, a nível de atitude e também comportamental. (Para além dos elevados níveis de apoio à democracia, já acima mencionados).

- Uma maioria (62%) de africanos acredita que devem questionar os actos dos seus líderes, em vez de apenas respeitarem os que estão no poder.

- Quase 6 em cada 10 africanos entrevistados (59%) comunicaram que estão afiliados num partido. Só na Nigéria, Libéria, Madagáscar e Benim é que a afiliação partidária está abaixo da média.

- Ao longo do tempo, o apoio à política multipartidária também tem vindo a aumentar. Melhorou significativamente em 14 pontos percentuais entre 2002 e 2008. Similarmente, afiliação aos partidos políticos também aumentou 8% entre 2000 e 2008.

- Mas há outros indicadores que são menos encorajadores. Uma maioria sólida (60%) vê o seu governo mais como um pai do que como um trabalhador, e os cidadãos vêem-se mais como crianças em vez de entidades soberanas/patrões. O que é mais notável é que menos de metade acredita que são os próprios eleitores que são responsáveis por exigirem que os seus líderes façam o seu trabalho.

- A maioria dos africanos (67%) acredita que são necessários múltiplos partidos políticos para assegurarem aos cidadãos escolhas reais sobre quem os governa. Ao mesmo tempo, apenas um terço dos africanos entrevistados (34%) pensa



**As tendências de muitos indicadores parecem estar a ir na direcção certa, com atributos de cidadania a aumentarem**

que os partidos políticos da oposição têm de supervisionar a política governamental em vez de cooperar, o que é muito pouco consistente com o espírito de política democrática. Na verdade, a proposta para que o partido da oposição supervise a política governamental (em vez de cooperar com o governo para implementar políticas) recebeu o apoio de uma minoria em quase todos os países inquiridos, sendo o Botswana (18%) o que menos apoio deu. Só no Quênia (55%) é que esta proposta gozou de um apoio maioritário.

As constatações também são variáveis no que toca a conhecimento e empenhamento político:

- No lado positivo, vemos que maiorias consideráveis de africanos não só estão interessadas na política (64%), como discutem regularmente política com os amigos e com a família (68%).

- Mas o interesse pela política não parece traduzir-se em grandes níveis de conhecimento político. Só menos de metade (46%) sabe o nome do seu representante parlamentar e apenas um quarto consegue identificar o ministro das finanças do seu país.

Os indicadores de participação cívica (um factor-chave na sustentação do processo democrático) são variáveis.

- Muitas pessoas afirmam assistir a reuniões da comunidade (65%) e juntar-se a outras para debater questões da comunidade (55%), sendo esta última constatação um bom indicador de cidadania democrática. Não é de surpreender que o protesto popular seja muito menos comum (13%).

- Mas apenas uma minoria afirma estar envolvida em associações religiosas (44%) ou outras associações comunitárias de carácter voluntário (24%).

- O contacto com funcionários do governo é relativamente baixo: apenas uma em três pessoas contactou um funcionário do governo local (27%), um deputado (13%) ou outro funcionário do governo (13%) no último ano.

- O contacto com líderes informais é muito mais comum. Metade (50%) dos inquiridos já tinha contactado um “líder religioso” (40%), um líder tradicional (24%), ou outra pessoa influente (18%).

- Finalmente, verificamos que pagar impostos, um mecanismo que potencialmente encoraja a cidadania, sendo também um indicador de compromisso ao regime democrático, tem um grau de cumprimento muito baixo: três em cada

quatro inquiridos afirmam que, no último ano, não pagaram nem imposto sobre o rendimento ou sobre imóveis, nem impostos locais.

Tendo em conta os longos anos de vivência sob governos autoritários, talvez não seja de admirar que as atitudes, crenças e comportamentos populares registem uma lacuna de cidadania democrática. Uma análise de tendências dos dados do Afrobarometer relativos aos 11 países para os quais dispomos de quatro pontos de dados, abrangendo o período de 1999 a 2008, dá uma ideia da extensão de cidadania democrática. As tendências gerais são encorajadoras:

- Num conjunto de 11 países, o nível médio de envolvimento em debates políticos aumentou 11%, e os inquiridos demonstram também maior interesse na política (+7%).

- As tendências relativas ao conhecimento político mostram também melhorias significativas: há muito mais pessoas a conhecerem o seu deputado (+21 pontos) e o ministro das finanças do seu país (+11 pontos) em 2008 do que em 1999.

- A participação cívica em actos colectivos como reuniões de comunidade e a iniciativa de encontros para levantar questões aumentou marcadamente, 17 e 16 pontos percentuais, respectivamente.

- O contacto com líderes formais tem-se mantido relativamente estável, ao passo que as abordagens a líderes informais sofreram um decréscimo, mas apenas a nível marginal.

- A única tendência decrescente que podemos observar é na participação em organizações de sociedade civil, mas este decréscimo é bastante significativo, com uma queda de 17 pontos na participação em grupos religiosos, e uma queda de 12 pontos na participação em outras associações voluntárias.

O nosso indicador da oferta percebida de democracia combina aqueles que dizem que pensam que o seu país é uma democracia (ou seja, aqueles que dizem que o seu país é totalmente democrático, ou uma democracia com apenas alguns pequenos problemas), com aqueles que dizem que estão “relativamente” ou “muito satisfeitos” com “a forma como a democracia funciona” no seu país. Constatamos que:

- Em 19 países, no ano de 2008, uma média de 59% de todos os africanos entrevistados acreditou que vivia numa

democracia total ou quase total, indo de 91% no Botswana a uns meros 14% no Zimbabué (em 2005).

- A satisfação com a democracia é mais baixa, apresentando uma média de 49% em 19 países.

- A oferta percebida de democracia, ou seja, aqueles que acreditam que o seu país é uma democracia e estão bastante satisfeitos com ela, apresenta uma média de 41% em 19 países.

- Em 11 países que podemos seguir desde 1999, a satisfação com a democracia decresceu em 5 pontos percentuais, de 61% por volta de 1999 para 56% em 2008, enquanto a extensão de democracia percebida aumentou por uma margem semelhante, de 58 para 63%.

- A medida combinada de oferta de democracia segue um caminho semelhante ao do da procura. Começou a um nível de 46% no Round 1, caiu para 39 e 40% em 2002 e 2005, respectivamente, e voltou a subir até ao nível do valor de partida de 46%, em 2008.

## Conclusão

Em suma, as atitudes democráticas estão, de um modo geral, a aumentar entre as populações africanas que analisámos. Existem também indicadores encorajadores em todos os aspectos da cidadania democrática; e as tendências de muitos indicadores parecem estar a ir na direcção certa, com atributos de cidadania a aumentarem em muitos casos desde 1999. Se se mantiver, esta melhoria representa um portento promissor para uma maior democratização. Mas há más notícias: quando estes indicadores são medidos de forma rigorosa, constata-se que menos de metade de todos os africanos entrevistados exige democracia ou acredita que ela está a ser fornecida. E há também indicadores em todas as áreas que nos levam a questionar a profundidade e extensão da mentalidade democrática entre africanos nos países analisados, o que nos leva a concluir que o desenvolvimento da cidadania democrática entre africanos é ainda relativamente fraco. Assim sendo, o projeto de construção da democracia tem ainda um longo percurso a fazer.

Talvez isto seja também uma forma de explicar as tendências variáveis no desenvolvimento democrático em África – progresso no Gana e no Quênia; reveses no Mali e na Nigéria; e estagnação em muitos outros. ■